

▶ NA CÂMARA

Baseados em termos do Plano Diretor, os trabalhos terão que ser readequados para serem apresentados em outras oportunidades

Vetos a projetos de ex-vereadores marcam a segunda sessão do ano

SIMONE DE OLIVEIRA
scoliveira@j.com.br

Dois 12 itens a serem apresentados amanhã (14), durante a 2ª sessão Ordinária da Câmara Municipal de Jundiá, cinco são vetos a projetos de lei de ex-vereadores. Os demais são moções, totalizando cinco, além de um projeto de Decreto Legislativo e um projeto de lei, este do presidente da Casa, o vereador Gustavo Martinelli (PSDB).

Os ex-vereadores Dirlei Gonçalves, Gerson Sartori e Paulo Malerba apresentaram projetos sobre denominação de ruas e avenidas, mas de acordo com explicações do presidente Martinelli, os mesmos foram vetados porque não se enquadraram às normas do novo Plano Diretor. Assim que forem readequados, os vereadores da atual legislatura poderão reapresentá-los.

“São projetos de legislação passada, mas o prefeito, Luiz Fernando Machado (PSDB), vetou justamente porque não estavam dentro de algumas normas. O importante é que sejam readequados porque estas mudanças geram expectativas nas famílias e, diante de tantos loteamentos sendo



EM JUNDIÁ Cinco moções, um projeto de Decreto Legislativo e um projeto de lei também serão votados na segunda sessão do ano, que ocorre nesta terça-feira (14)

construídos, com certeza outros desta natureza deverão entrar em pauta. Eu mesmo terei que rever o meu”, comenta Martinelli, que apresenta projeto denominando rua

Florindo Gambini à rua 1 do Chácaras de Recreio Terra Nova.

As denominações de ruas que receberam vetos são: rua Nelson Justino à rua 1 do loteamento Por-

tal da Paineira, no Bairro Castanho e rua Sérgio Barreira Martin à rua 2 do loteamento Portal da Paineira, no Bairro Castanho e avenida Guerino Perroni à Estrada Municipal situada no loteamento Portal da Paineira,

os Baptista Perrone à rua 3 do loteamento Portal da Paineira, no Bairro Castanho e avenida Guerino Perroni à Estrada Municipal situada no loteamento Portal da Paineira,

no Bairro Castanho (ambas de Gerson Sartori); e rua Ema Ivanira Pelegrini à rua 1 do loteamento Jardim Tropical, no Núcleo Colonial Barão de Jundiá (Paulo Malerba).

O Plano Diretor, segundo explicações assinadas pelo prefeito Luiz Fernando, ‘estabelece o conceito de via pública e critérios técnicos para ser constituída como tal, sendo assim, a denominação de vias somente poderá ocorrer após sua oficialização e classificação’. No entendimento do Executivo as ruas indicadas pelos ex-legislativos seriam consideradas ‘não oficiais’.

Demais projetos

Outros trabalhos também entram na pauta desta terça-feira, entre eles, a apresentação da nova Superintendente da Fundação Municipal de Ação Social (Fumas), a advogada Solange Aparecida Marques, pela mesa diretora.

Os demais são moções dos vereadores Márcio Peticostes de Souza (PMDB), Rafael Antonucci (PSDB), Cícero Camargo da Silva (PROS), Antonio Carlos Albino (PSB), e Edicarlo Veira (PSD).

A pauta completa pode ser conferida no site oficial da Câmara de Jundiá, www.jundiá.leg.br

▶ BRASILEIROS

Jornalistas que investigavam caso Odebrecht são presos na Venezuela

Os jornalistas brasileiros Leandro Stolar e Gilson Souza, da TV Record, foram presos por volta das 12h (horário local) de ontem (12) no estado de Zulia, norte da Venezuela. A equipe foi detida pelo Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (Sebin), juntamente com dois ativistas venezuelanos, José Urbina e María Jose Túa.

Segundo a ONG Transparência Venezuela, os jornalistas brasileiros investigavam denúncias de suborno por parte da construtora Odebrecht no país vizinho. “Uma comissão do Se-

bin os deteve e os escoltou até a sede do serviço, em Maracaibo, para uma entrevista. Ao chegarem, tiveram seus telefones celulares apreendidos”, informou, por meio de nota.

Também por meio de comunicado, a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel) informou que todo o equipamento e material jornalístico produzido pela equipe foram apreendidos e que repudia veementemente a medida adotada pelo governo venezuelano. “Tal decisão é abominável e digna apenas de regimes di-

tatoriais que não aceitam o livre exercício da imprensa e temem a verdade”.

“O Itamaraty já foi acionado e afirmou que a missão diplomática brasileira na Venezuela já está envolvida no caso para assegurar a libertação dos profissionais brasileiros. A Abratel acompanha a resolução do referido caso e não descansará enquanto estes profissionais não estiverem em liberdade e em pleno gozo dos seus direitos como cidadãos e profissionais”, concluiu a nota. (Agência Brasil)

▶ NOMEAÇÃO

Decisão de ministro do STF sobre Moreira Franco pode sair hoje

A legalidade da nomeação de Moreira Franco como ministro da Secretaria-Geral da Presidência pode ser decidida hoje pelo ministro Celso de Mello, relator do caso no STF (Supremo Tribunal Federal).

Na noite da última quinta (9), o decano do Supremo deu prazo de 24 horas para que o presidente da República, Michel Temer, prestasse esclarecimento sobre a nomeação. No dia seguinte, Temer respondeu dizendo que não houve “má intenção” em nomear Moreira Franco.

Com a resposta do Palácio do Planalto na noite de sexta, uma decisão de Celso de Mello pode sair a qualquer momento. No STF, a perspectiva é que o ministro decida algo já hoje.

No esclarecimento enviado à Corte, Temer diz que não houve “qualquer má intenção do Presidente da República em criar obstruções ou embaraços à Operação Lava Jato”.

Moreira Franco, que com a nomeação passa a ter prerrogativa de foro por função junto ao STF, foi citado em delação da Odebrecht na Operação Lava Jato. A delação foi homologada no dia 30 de janeiro e Moreira pas-

sou a ter foro como ministro no dia 2 fevereiro de 2017.

Em 2016, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi nomeado ministro da Casa Civil pela então presidente Dilma Rousseff depois de ter sido alvo de condução coercitiva, o que gerou uma guerra de decisões judiciais similar a que aconteceu após a nomeação de Moreira Franco.

O governo Temer, no entanto, diz que as situações são diferentes. “As provas usadas contra o ex-presidente Lula, à época, tinham a presunção de validade, visto que autorizadas por ordem judicial”, diz a AGU no documento enviado ao STF.

“O ministro Moreira Franco já era alta autoridade governamental e responsável pelo principal programa de investimentos do Brasil”, acrescenta o Planalto.

A nomeação do peemedebista gerou uma guerra de liminares. Na quinta (9), a Justiça Federal do Rio anulou a nomeação de Moreira Franco. Na decisão, a juíza Regina Coeli Formisano cita ‘ensinamentos’ de Temer como constitucionalista para fundamentar a liminar.

A decisão foi alterada pelo juiz federal convo-

cado Alcides Martins Ribeiro Filho do TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região). O tribunal decidiu manter a eficácia do ato de nomeação, mas sem direito à prerrogativa do foro privilegiado. O mérito da questão deverá ser julgado na próxima sessão do órgão colegiado.

Outras duas liminares foram derrubadas pelo TRF-1. Primeiro, a Justiça no Distrito Federal suspendeu a nomeação de Moreira Franco. O juiz da 14ª Vara Federal do Distrito Federal, Eduardo Rocha Penteado, determinou na quarta (8) a suspensão dos efeitos do ato do presidente Temer na nomeação do peemedebista. Na quinta (9), o Tribunal Regional Federal da 1ª Região derrubou a decisão da Justiça no Distrito Federal. Depois, a Justiça do Amapá concedeu uma nova liminar suspendendo a posse de Moreira Franco. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região também derrubou a decisão da Justiça do Amapá. A decisão de um tribunal não se sobrepõe à de outro.

O caso chegou ao Supremo por meio de duas ações protocoladas pelos partidos Rede Sustentabilidade e PSOL. (Folha Press)

▶ RENDA BÁSICA DE CIDADANIA

Suplicy escreve a Michel Temer e prega ‘diálogo’ com o peemedebista

O vereador Eduardo Suplicy (PT-SP) enviou uma carta ao presidente Michel Temer (PMDB) na qual pede que o peemedebista considere a implementação de programa idealizado por ele, o Renda Básica de Cidadania.

Ele diz, no texto, que se sentiu encorajado a enviar a correspondência após o “comovente encontro” entre Temer e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em São Paulo, às vésperas

da morte da mulher do peitista, Marisa Letícia, na última semana. “Fui testemunha de seu comovente encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião de sua visita, em razão da doença que causou a morte da sra. Marisa Letícia”, inicia Suplicy.

“De como Lula agradeceu, de todo o coração, a sua presença, em que pese as diferenças de opinião sobre a situação política. E de

como ele se colocou à disposição de dialogar sobre os principais problemas do Brasil, em especial para erradicar a pobreza e promover um desenvolvimento justo para todos e todas. Aquele encontro encorajou-me a escrever esta carta”, justifica o vereador.

Suplicy ressalta no texto que fez o mesmo pedido, diversas vezes, à ex-presidente Dilma Rousseff. (A.B.)